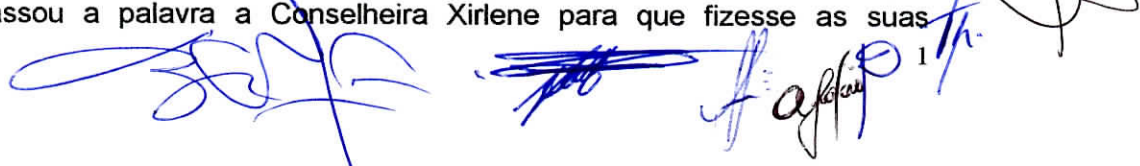


1 **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2010 – BIÊNIO DE 2009-2010.**  
3

4 Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dez da era cristã, às  
5 dezesseis horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a  
6 Rua Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela quinta vez  
7 ordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho  
8 Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente  
9 Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e  
10 demais presentes, dando prosseguimento. **Pauta – item 01** – O Senhor Presidente  
11 pediu para o secretário fazer a **leitura do edital** número, zero, zero, cinco, de dois mil e  
12 dez, o qual convoca os Conselheiros para se fazerem presentes na quinta reunião  
13 ordinária do ano de dois mil e dez, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. **Pauta – item**  
14 **02-** O Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão fez a **verificação do**  
15 **quorum**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte ordem,  
16 **Arnaldo Santos Filho**, presente, **Saldete Maria Martins Costa**, presente (assinou a  
17 lista de frequência após a sua posse), **Sebastião Rosa Máximo**, ausente, **Marcus**  
18 **Vinícius Gouvêa Quintas**, ausente, **Dalto da Costa Martins**, ausente, **Damilton**  
19 **Barbosa Salomão**, presente, **Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, ausente, **Luiz**  
20 **Eduardo Nunes**, presente, **Micherlon Mendonça dos Santos**, presente, **Anatal de**  
21 **Jesus Pires de Oliveira**, presente, **Moisés Tavares de Araújo**, presente, **Marlúcio de**  
22 **Almeida Souza**, ausente, representado pelo suplente **Cezar Souza de Melo**, presente,  
23 **Antônio Márcio de Souza Pelaes**, presente, **Xirlene do Socorro Costa**, presente e  
24 **Fernando Cezar Pereira da Silva**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS**  
25 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** O Conselheiro Dalto da Costa Martins foi o único  
26 que encaminhou a sua justificativa formalizada, os demais, justificaram verbalmente, se  
27 responsabilizando a entregar as suas justificativas posteriormente. Continuando temos a  
28 **PAUTA – ITEM 04- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA REFERENTE À QUARTA**  
29 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZ.** O Senhor Presidente colocou que esta  
30 ata foi encaminhada com antecedência aos Senhores Conselheiros para manifestação  
31 quanto ao seu teor. Em seguida a Secretaria informou que o Conselheiro Damilton  
32 Barbosa Salomão foi o único que se manifestou pedindo pequenas alterações. A  
33 Secretaria ratificou que as mudanças propostas foram apenas de correções gramaticais,  
34 não alterando o teor da ata. Desta forma, o Senhor Presidente colocou em apreciação e  
35 o colegiado votou à unanimidade pela sua aprovação. Continuando temos a **PAUTA –**  
36 **ITEM 05 – POSSE DOS CONSELHEIROS:** O Senhor Presidente comunicou que deu  
37 posse ao Conselheiro Sebastião Rosa Máximo, representante do Poder Executivo, em  
38 substituição a Haroldo Vitor de Azevedo Santos, através de um ato administrativo, que  
39 foi realizado no dia vinte e um de maio de dois mil e dez e em razão disto está  
40 submetendo a sua homologação à apreciação deste Conselho. Em seguida o Senhor  
41 Artur Sotão colocou para apreciação e os Senhores Conselheiros decidiram à  
42 unanimidade pela homologação da Posse do Conselheiro Sebastião Rosa Máximo.  
43 Dando continuidade passou-se aos procedimentos de Posse da Conselheira Saldete  
44 Maria Martins Costa, representante do Poder Executivo, em substituição a Welington de  
45 Carvalho Campos. Feito a leitura do termo de Posse, o Senhor Artur, passou a palavra  
46 ao Conselheiro Arnaldo Santos Filho que deu as boas vindas à nova Conselheira e falou  
47 das responsabilidades que ela terá neste novo desafio e por fim desejou toda felicidade  
48 e sucesso. Em seguida a palavra foi concedida a Conselheira empossada Saldete Maria  
49 Martins Costa que ressaltou que veio para contribuir e que irá aprender muito neste  
50 conselho e que todo conhecimento que estiver ao seu dispor trará para este plenário.  
51 Finalizando agradeceu e espera contribuir bastante. Em seguida passou-se a **PAUTA –**  
52 **ITEM 06 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PARECER SOBRE O RELATÓRIO**  
53 **DO CÁLCULO ATUARIAL 2010.** O Senhor Artur reportou que na última reunião do  
54 CEP, foi designado à Conselheira Xirlene, como Relatora do Processo que tratou desde  
55 o Estudo até ao Relatório final do Calculo Atuarial e naquele momento a conselheira,  
56 ficou de apresentar uma análise do Relatório Atuarial de 2010. Posteriormente, o  
57 Senhor Artur passou a palavra a Conselheira Xirlene para que fizesse as suas



1



58 considerações iniciais. **A Conselheira Xirlene colocou que analisou** os relatórios de  
59 2009, tendo como base 2008 e o 2010, tendo como base 2009. A Conselheira disse  
60 ainda que todo o trabalho que fez, teve como referência o trabalho executado pelas  
61 atuarias da EXACTUS e o seu parecer final foi de que este relatório é uma ferramenta  
62 que serve de parâmetros previdenciários e ressaltou que este relatório foi feito com  
63 base na legislação atual e que todos sabem que a Previdência nestes últimos anos,  
64 vem sofrendo várias transformações na questão da legislação, ou seja, se mudar a  
65 legislação, a forma do cálculo também deverá mudar, de acordo com os dados  
66 cadastrais fornecidos pelo Governo do Estado do Amapá (poderes e órgãos). Outro  
67 ponto colocado foi de que o Plano financeiro da AMPREV encontra-se de forma  
68 equilibrada, considerando inclusive a questão da segregação de Massa, que fez que o  
69 sistema de cálculo desse uma respirada até dois mil e quarenta e dois, no entanto, ela  
70 ressaltou que os resultados são extremamente sensíveis às variações das hipóteses, e  
71 podem ser alterados. Finalizando as suas considerações, recomendou que a  
72 continuidade do Processo da base de dados das hipóteses atuariais e financeiras  
73 adotadas no plano, e que sejam também realizados recadastramentos periódicos, pela  
74 sua importância para a Previdência. A Conselheira propôs também que se adotem  
75 medidas para cobrança das dívidas reconhecidas, fazendo alocação dos recursos  
76 recebidos, nos Planos financeiros e previdenciário, conforme determinação legal. Por  
77 fim, a conselheira colocou que apresentou apenas considerações e que o Relatório já  
78 tem o seu parecer e que não ver motivo nenhum para que este Conselho aprove o  
79 Cálculo Atuarial apresentado pelas atuarias, referente ao ano base 2009, que vigorar  
80 para o ano 2010. Em seguida, o **Senhor Artur Sotão passou** a palavra ao plenário. O  
81 **Conselheiro Damilton Salomão** fez lembrar que os aportes, que cabe aos poderes, já  
82 irão começar a partir de dois mil e onze, e ele acredita que esse dinheiro sendo  
83 repassado à Previdência, através das aplicações, e ao invés de dois mil e quarenta e  
84 dois, ele acha que isso de estenderá até dois e sessenta. **O Conselheiro Fernando**  
85 **Cezar fez algumas considerações** de que a regra ou o condicionamento do sentido da  
86 matéria em nível do cálculo atuarial, de sua tramitação neste conselho, e que este  
87 assunto já foi tratado por duas reuniões ordinárias neste conselho, no sentido de se  
88 discutir, se vinha para homologação, então, ele agregou a discussão ao trabalho feito  
89 pela conselheira Xirlene, junto ao apresentado, de que ele figura no primeiro aspecto,  
90 que seria muito mais simplório que as atuarias estivessem aqui para apresentar, que  
91 neste sentido satisfaria tanto o relator, como também os demais conselheiros, e que  
92 também não é novidade de que alguns termos para alguns conselheiros, que estão  
93 chegando sejam novos, ou seja, esta matéria é uma matéria que não é comum, e sim  
94 complexa. Portanto, ele ver como necessidade, até para ter o condão de balizar e não  
95 só questionar. Ele reportou ainda que, quando esteve em Brasília para tratar de  
96 assuntos da Instituição (AMPREV), sentiu a necessidade de ouvir os atuarias, pois, eles  
97 têm os mecanismos e conhecimentos da ideia de se alavancar neste sentido,  
98 finalizando agregando as colocações da Conselheira Xirlene, ele colocou que os  
99 cuidados sejam feitos, para quando for feito o próximo cálculo atuarial, e que as atuarias  
100 façam um acompanhamento mais preciso e seja dado um tempo com mais  
101 antecedência para discussão do cálculo para que eles possam trazer as diversas  
102 situações e que se for possível, que as atuarias possam fazer visitas mensais à  
103 Instituição para dirimir quaisquer dúvidas durante essa discussão. **O Senhor Artur**  
104 **colocou** a título de informação que no contrato com a empresa responsável pelo  
105 cálculo atuarial, já inclui três visitas à AMPREV e que havendo a necessidade de outras,  
106 cabe a Instituição custear as despesas, mas reforçando, o Senhor Presidente colocou  
107 que se houver necessidade não ver nenhum empecilho para isso. O Senhor Presidente  
108 disse ainda que recebeu um e-mail das atuarias para verificar o retorno delas à  
109 Instituição. Assim ele propôs que elas retornassem na próxima reunião ordinária que  
110 será realizada no final do mês de julho e diante desta informação, ele perguntou se  
111 todos concordavam. Por fim ficou acordado que as atuarias viriam na próxima reunião  
112 para tirar todas as dúvidas dos conselheiros. **O Senhor Presidente colocou** que,  
113 apesar dos questionamentos, as atuarias vieram três vezes à Instituição e que a na  
114 última vez, elas não apresentaram em razão da falta quorum. **O Conselheiro Fernando**



2



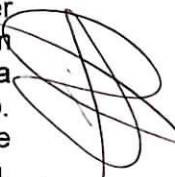



115 Cezar colocou que este assunto por ser de competência deste conselho deveria ser  
116 apresentado, apreciado, votado, aprovado e homologa por este conselho, ou seja,  
117 deveriam se esgotar as discussões e isso independente de ter sido postado no site,  
118 esse foi o seu posicionamento. O **Conselheiro Antonio Márcio** propôs que este  
119 assunto seja votado, em razão de estar já na terceira reunião, para que eles possam  
120 avançar. O **Conselheiro Arnaldo** colocou que concorda com as palavras do colega e  
121 disse que deve ser verificada regimentalmente a possibilidade de ser exauri  
122 determinado assunto em um determinado tempo, ou seja, eles não podem ficar  
123 discutindo eternamente o mesmo assunto. Assim, após exauri as discussões ficaram  
124 duas propostas a serem votadas. **A primeira do Conselheiro Antonio Márcio de se**  
125 **fazer a homologação e a outra do Conselheiro Fernando Cezar de o Conselho não**  
126 **homologar neste primeiro momento, em razão de não estar esgotado o assunto,**  
127 **conseqüentemente existindo ainda dúvidas quanto ao relatório atuarial de dois mil e**  
128 **dez.** Em seguida colocada a matéria em votação, temos o seguinte resultado. **Desta**  
129 **forma, o colegiado decidiu com a maioria dos votos dos Senhores conselheiros**  
130 **presentes pela aprovação, sendo que apenas o conselheiro Fernando Cezar se**  
131 **absteve desta votação.** Continuando temos a PAUTA – ITEM 07 – Apreciação e  
132 **Deliberação dos Processos que tratam das Cobranças da Dívida**  
133 **Dos Poderes.** O Senhor Artur colocou que este assunto foi discutido na última  
134 reunião e que naquela ocasião ficou decidido em se fazer consultas junto ao Tribunal de  
135 Contas do Estado e Procuradoria Geral do Estado, para terem algum norte sobre os  
136 procedimentos a serem tomados referentes às dívidas, e é de conhecimento que  
137 apenas o Tribunal já encaminhou, mas a Procuradoria ainda não se manifestou, e razão  
138 de que ele estava ausente, ainda não teve conhecimento do conteúdo e deverá  
139 repassar o mais rápido possível aos conselheiros. O **Conselheiro Fernando Cezar**  
140 **pediu** uma questão de ordem e colocou que ficou deliberada na última reunião que este  
141 assunto só voltaria à pauta, após a resposta das duas consultas citadas anteriormente e  
142 após a alteração na legislação previdenciária e inclusive ele fez um pedido para que  
143 fosse trazido na próxima reunião, todos os processos das dívidas previdenciárias  
144 acordadas e das históricas, e ele informou ainda que fez outro pedido, que fosse  
145 oficializado os deveres antes desta reunião. E ele tem certeza que foi esse o  
146 encaminhamento dado. O **Senhor Presidente** colocou que foi feito o levantamento de  
147 toda a dívida dos entes e que as provocações junto a eles estão sendo enviadas e que  
148 já houve algumas respostas. **Assim ficou deliberado que na próxima reunião será**  
149 **entregue aos Senhores Conselheiros, relatórios com os montantes das dívidas**  
150 **previdenciárias atualizadas por cada ente e que também será incluído em pauta**  
151 **todos os processos das dívidas, que estão em acordo e aberta.** Passando a outra  
152 **PAUTA – ITEM 08 – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO PRIMEIRO TRIMESTRE**  
153 **DE 2010 DE APLICAÇÕES DA AMAPÁ PREVIDENCIA (COMITÊ DE**  
154 **INVESTIMENTOS).** O **Senhor Presidente** abriu este ponto e convidou os membros do  
155 Comitê para que iniciassem a apresentação. O **Conselheiro Fernando Cezar** pediu  
156 uma parte antes do início da apresentação, para falar da sua indignação com o atraso  
157 das informações dos relatórios de aplicações que deveriam ser encaminhados pelo  
158 comitê de investimentos para o Conselho Estadual de Previdência. O **Senhor Artur**  
159 **colocou** que talvez por essas informações já estarem postadas no site da AMPREV, o  
160 Comitê entendesse que não houvesse a necessidade de dar conhecimento ao  
161 Conselho. O Senhor colocou ainda que irá orientar o comitê para ele a partir de agora a  
162 cada final de trimestre faça uma apresentação da posição das aplicações. O  
163 **Conselheiro Antonio Márcio** colocou na condição de membro do comitê, que o  
164 Conselho Monetário Nacional instituiu uma nova resolução, e com isso, eles tiveram que  
165 fazer várias adaptações nos seus relatórios, até enquadramento de alguns fundos,  
166 assim dando um pouco mais de trabalho para fazer isso. A **Senhora Francicleide**  
167 **Marinho Lima** iniciou a apresentação falando um pouco da Resolução trinta e sete  
168 noventa, que foi publicada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, e que  
169 essa resolução veio impor aos RPPS, de adotar como parâmetro de rentabilidade, para  
170 os fundos de renda fixa, alguns índices do IMA, que é o índice de mercado da ANDIMA  
171 e com isso houve a necessidade de adequar todos os fundos a nova resolução.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



172 Posteriormente o Senhor José Bernardino Dias Júnior falou do comportamento das  
173 carteiras de investimentos da AMPREV em relação à meta atuarial. O **Senhor José**  
174 **Bernardino colocou** que neste relatório foram colocadas todas as aplicações que  
175 foram feitas no primeiro trimestre de dois mil e dez, mais o saldo anterior, ou seja, toda  
176 a movimentação das carteiras e fundos. Em seguida, ele falou dos indicadores de  
177 referencia. Inicialmente apresentou-se o INPC, que é o indicador que corrige as  
178 aposentadorias e pensões, sendo que em dois mil e nove foi 4,11 e em dois mil e dez, o  
179 índice já está em 12, 31, com projeções de isso chegar a 5,49 e isso influencia nas  
180 nossas aplicações e benefícios. Ele citou também que a renda fixa está em quase  
181 oitenta por cento e que a renda variável que se encontra em vinte por cento, ele  
182 ressaltou que ainda não foi usado o limite destinado para aplicação em renda variável,  
183 que é vinte e cinco por cento. O **Conselheiro Damilton na condição** de membro do  
184 Comitê falou que hoje, a Instituição, tem novecentos e quatro milhões de reais e se  
185 tivesse os repasses do Governo do Estado e dos demais poderes, isso corrigido, o  
186 nosso patrimônio já passaria de um bilhão de reais, sendo que a não transferência  
187 disso, da um impacto no cálculo atuarial e também na nossa aplicação financeira, ou  
188 seja, o retorno seria ainda melhor. **Continuando, o Senhor José Bernardino falou da**  
189 **meta atuarial**, que tem como base os índices indicadores, e que hoje eles ainda não  
190 chegaram ao índice da meta que se encontra nos sessenta por cento. Em seguida, falou  
191 da renda fixa, que são os títulos e da renda variável que são as bolsas de valores e a  
192 posição dos títulos estão aos sessenta e sete por cento e já a renda variável está nos  
193 cinquenta por cento da meta atuarial. E ele ressaltou que estão um pouco longe da  
194 atinge a meta atuarial. **A Conselheira Xirlene perguntou** aos membros se eles tinham  
195 a análise de risco de crédito. O Conselheiro Antonio Márcio colocou que os próprios  
196 gestores já têm a carta de risco de crédito. **O Conselheiro Damilton colocou** que nos  
197 mês passado, eles fecharam uma compra com o Banco do Brasil, de um FIDC, no valor  
198 de vinte milhões, e esse FIDC irá trazer um retorno muito bom para a AMPREV e m  
199 seguida, o Conselheiro falou que as aplicações estão distribuídas por bancos. Em  
200 seguida, a Senhora Francicleide Marinho Lima colocou que conforme pedido nesta  
201 reunião pelo Conselheiro Fernando Cezar, será encaminhado mensalmente um relatório  
202 das aplicações da AMPREV. Continuando a **PAUTA – ITEM 09 – COMUNICAÇÃO DA**  
203 **PRESIDENCIA**. O **Senhor Artur comunicou** que eles receberam uma proposta para  
204 fazer um plano de cargos e salário, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, oficial com os  
205 valores, que ele juntamente com a Diretoria Executiva, entendeu que esta proposta está  
206 fora de cogitação. Outro assunto comunicado foi à manifestação da Assembléia  
207 Legislação em aceitar fazer um acordo referente às dívidas previdenciárias. Outro item  
208 comunicado foi a questão envolvendo o Ensino Modular, ou seja, a verba que eles  
209 recebiam estava taxada em indevidamente, desde maio de dois mil e seis e por isso, o  
210 Sindicato representante, procurou a AMPREV, e neste sentido terá que fazer a  
211 devolução dos valores descontados. **O Conselheiro Anatal pediu uma questão de**  
212 **ordem** e disse que essa questão que envolve os descontos indevidos, que aconteceu o  
213 mesmo com a sua categoria e naquele momento não foi dada o mesmo tratamento, e  
214 por uma questão de justiça, gostaria que fosse dispensado tratamento igual ao pleito da  
215 categoria dos fazendários, já que valores indevidos foram retidos, tendo como base a  
216 produtividade fiscal que não é incorporada para efeito de aposentadoria. Sugeriu  
217 reflexão sobre o assunto, essas foram as suas colocações. E encerrando a  
218 comunicação da Presidência, o Senhor Artur colocou foi requerido em reunião anterior a  
219 este conselho um realinhamento de salários para os técnicos da AMPREV, e concluindo  
220 que este conselho não tinha competência para dar este aumento, a Diretoria Executiva  
221 da AMPREV decidiu fazer uma mudança nos valores dos salários dos técnicos da  
222 Instituição, a partir do mês de junho, baseado nos mesmo valores praticados no Poder  
223 Executivo, para que isso sirva como motivação aos funcionários que tratam com  
224 responsabilidade e compromisso os seus trabalhos. E esse aumento vai se dar na  
225 forma de um abono, que será apenas temporário até a realização do concurso público.  
226 O **Conselheiro Fernando Cezar enalteceu** a posição da Diretoria Executiva e que  
227 desde a sua chegada neste conselho sempre colocou que pela personalidade jurídica,  
228 quem dita as regras na AMPREV, é a Diretoria Executiva. E por isso concorda com essa

  
  
  
  
p 4 th 